



ASSOCIAÇÃO DOS AUDITORES-FISCAIS DA
RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM MINAS GERAIS



**INTEGRAÇÃO,
CONGRAÇAMENTO E UNIÃO**

1968 | 2018



INTEGRAÇÃO, CONGRAÇAMENTO E UNIÃO

1968 | 2018



PUBLICAÇÃO COMEMORATIVA 50 ANOS - ANFIP-MG

CONSELHO EXECUTIVO

Titulares

Ana Lúcia Guimarães Silva | Presidente
Maria Teresa Teixeira de Lara | Vice-Presidente Executiva
Nelson Madalena Penitente | VP de Administração
Maria José Soares Freire | VP de Finanças, e Patrimônio
Ilva Maria Franca Lauria | VP de Pol. de Classe e Cult. Profis.
Marcos Barbonágia da Silva | VP de Com. e Rel. Públicas
Maria Lisboa Macedo | VP de Apos. e Pens. e Serv. Assistenciais
Maria José Comanduci | VP de Esportes e Eventos Sociais
Lázaro Idino Bagliano | VP de Assuntos Jurídicos

Suplentes

Maria da Consolação Santos Oliveira | 1º Suplente
Maria de Fátima Carvalho Ponzo | 2º Suplente
Walter Gandi Delogo | 3º Suplente
Ângela Maria de Carvalhais Levy | 4º Suplente

CONSELHO FISCAL

Titulares

Sebastião Lenes Freire Murta | Presidente
Maria Madalena Theodora | Coordenadora
Ana Emília W. Roosevelt Coutinho | Relatora

Suplentes

Ângela Maria Lamounier | 1º suplente
Gabriel da Silva Neto | 2º suplente

REPRESENTANTES ANFIP-MG

Bernadette Mourão Duarte (Belo Horizonte)
Gabriel da Silva Neto (Contagem)
Lázaro Idino Bagliano (Governador Valadares)
Luiz Roberto Aguiar (Uberaba)
Marcos Barbonágia da Silva (Poços de Caldas)
Maria do Carmo Lacerda (Divinópolis)
Maria Regina de Souza (Varginha)
Albertina Maria Fonseca (Sete Lagoas)

COLABORADOR

Mário Lúcio Guerra (Juiz de Fora)

ASSESSORAS

Jamir Campos de Cerqueira
Maria de Fátima Carvalho Ponzo
Maria da Consolação S. Oliveira

Conselho Editorial

Ana Lúcia Guimarães Silva, Marcos Barbonágia da Silva,
Ilva Franca Lauria e Jamir Campos de Cerqueira

Projeto: Giuliano Peixoto e Jamir Campos de Cerqueira
Redação: Giuliano Peixoto (MG 15069 JP)
Capa: Paula Seabra Design
Diagramação: Giuliano Peixoto
Revisão: Jamir Campos de Cerqueira
Impressão: Bigráfica Editora
Tiragem: 1.500 exemplares

Fale com a ANFIP-MG:

(31) 3201-3582 | Fax: (31) 3201-4829

Email: anfipmg@anfipmg.org.br

Site: www.anfipmg.org.br

Facebook: www.facebook.com/anfipmg

End.: Rua Carijós, 150, 7º Andar, Centro, Belo Horizonte-MG

- 06 NASCIDA DAS ASSOCIAÇÕES DOS FISCAIS DOS IAP'S
- 08 PRIMEIROS PASSOS
- 09 UMA DÉCADA DE HISTÓRIA, CRESCIMENTO E SOLIDEZ
- 13 INAUGURAÇÃO DA SEDE PRÓPRIA
- 15 A MUDANÇA PARA O NOME DEFINITIVO: ANFIP-MG
- 22 MAIS QUALIDADE DE VIDA
- 23 A REFORMA DA PREVIDÊNCIA - PARTE I
- 24 MUDANÇAS NA CARREIRA
- 25 O ENCONTRO ESTADUAL DE APOSENTADOS E PENSIONISTAS
- 27 INÍCIO DA ÚLTIMA DÉCADA
- 29 BUSCA PELA VALORIZAÇÃO SALARIAL
- 30 LUTA PELA PEC 555/2006
- 32 TRABALHO PARLAMENTAR E LONGA CAMPANHA SALARIAL
- 35 A REFORMA DA PREVIDÊNCIA - PARTE II
- 37 OLHAR PARA O FUTURO

meio século com muito orgulho

É com enorme orgulho e satisfação que vivenciamos e celebramos 50 anos de luta, conagração e união. Nossa tão querida ANFIP-MG chega ao seu cinquentenário com muita história para lembrar e ciente de seu importante papel de representar uma carreira imprescindível ao Estado Democrático de Direito, a qual é responsável por permitir que este promova — por meio das políticas públicas que lhe cabem — o desenvolvimento da nação.

Foram muitas vitórias ao longo dos últimos 50 anos. Muitos momentos felizes, de conquistas — como a ocasião em que adquirimos nossa sede atual — e de integração entre os associados, colegas de tantas atividades e desafios. Mas também de algumas perdas, que nos fizeram crescer e não desistir de continuar lutando por nossos direitos, por melhores condições de trabalho e, sobretudo, pela imprescindível justiça fiscal que nossa sociedade tanto merece.

Hoje, somos Auditores-Fiscais da Receita Federal do Brasil, mas nossa origem não nega: o ideal que nos forjou traz como fundamento o bem-estar geral de toda a sociedade. Afinal, éramos os Fiscais da Previdência, cuja atividade, como bem salientam nobres colegas no memorial *Antes que nós nos esqueçamos*, “deve ser reconhecida como uma adutora que transporta para os cofres da Instituição os meios para sua sobrevivência e o fato verdadeiro e relevante de que a Previdência Social Pública é o maior veículo de distribuição de renda do país.”

Agora, os tempos são outros. Já não

contamos com a missão de fiscalizar apenas os recursos destinados à Previdência Social. Entretanto, não nos omitamos. Não podemos, jamais, perder o propósito da defesa intransigente de uma sociedade livre, justa e solidária, como bem nos orienta a Constituição Federal de 1988.

E é por isso que sempre exaltamos a vocação da ANFIP-MG de ser referência e atuar incansavelmente, junto com a ANFIP Nacional, na luta contra uma reforma da Previdência que não traga ajustes efetivos para modernizar o sistema. Além disso, salientamos nosso dever de conscientizar e esclarecer a população sobre os melhores caminhos para se alcançar o bem-estar geral de toda a sociedade, sem partidatismo político.

Nem é preciso aqui reiterar que continuaremos a defender, sempre, nossa categoria — sobretudo os aposentados e pensionistas — de todos os ataques que, infelizmente, temos sofrido ao longo desses anos. Seguimos firme nesse propósito e podemos citar como exemplo o recente esforço engendrado pela Associação — junto com a ANFIP Nacional — para que fosse mantida a paridade entre ativos e aposentados na última Campanha Salarial, no que, lamentavelmente, não logramos êxito.

Não descansaremos, assim como não descansaram nossos colegas no passado. E esta edição comemorativa dos 50 anos da ANFIP-MG tem, justamente, a singela pretensão de exaltar todo o esforço deles, além de resgatar lembranças e reuni-las em um documento histórico, para que jamais possamos perdê-las de vista.

Convidamos você, leitor, a desfrutar conosco os melhores momentos de pujança que a cinquentenária Associação dos Auditores-Fiscais da Receita Federal do Brasil nos ofereceu. Boa leitura.

Ana Lúcia Guimarães Silva
Presidente do Conselho Executivo
(2017/2018)



Alguns dos fundadores da ANFIP-MG em seus primórdios. Da esquerda para a direita: José Lamacié, Aloísio Leite, Wilson Miranda, Isidoro Linhares, Aloísio de Melo, Ednor Fuchs, Miguel Farah, Wellington Coutinho e Paulo Coelho.

nascida das associações dos fiscais dos iap's

Tudo começou lá em 1968, quando os antigos Fiscais da Previdência decidiram unir-se em torno de um grande ideal, que, desde o início, materializava-se, sobretudo, na integração da classe, visando o conagraamento dos associados e a defesa de seus direitos enquanto servidores públicos (principalmente no que diz respeito à reposição de perdas salariais e a melhores condições de trabalho).

A história da Associação também é uma história de pessoas, de gente engajada, que lutava e luta pelo bem comum de seus pares e que defende, inequivocamente, esses anseios.

Mas é também uma história de gente que traz a essência do que sempre representou a Previdência Social. Ao buscar a dignificação e a valorização de seu papel, os fiscais que congregavam os primórdios da ANFIP-MG já estavam conscientes da missão de contribuir para fortalecer o maior sistema de distribuição de renda do país.

Como disse o major-brigadeiro Carlos Alberto Ferreira Lopes, em discurso proferido por ocasião de sua participação na posse da

diretoria da AFIMG, em 1978, “a Previdência Social tem na fiscalização o seu esteio (...). Através da ação fiscal atuante e produtiva, até o problema da assistência médica terá uma solução adequada.”

Com sede e foro em Belo Horizonte, a então Associação Mineira dos Fiscais da Previdência (AMFISP) era constituída exclusivamente de Fiscais de Previdência e Inspectores de Previdência pertencentes ao quadro efetivo de fiscalização da Previdência Social, com exercício em Minas Gerais.

Antes de sua fundação, porém — é necessário registrar —, já havia associações que representavam os fiscais dos diversos Institutos de Aposentadoria e Pensão (IAP's) então existentes na estrutura da Previdência Social.

Em 2006, através de um importante trabalho de pesquisa e resgate de memórias, Gil Costa Nogueira, Heitor Marotta, Henrique José Amorim Almeida e Vinícius Alves da Cruz publicaram o livro *Antes que nós nos esqueçamos*. Na obra, os autores trazem um valioso relato das atividades dos fiscais nos antigos IAP's e no INPS (fruto da fusão dos IAP's), sem deixar de registrar a criação das respectivas associações que representavam os

fiscais daqueles órgãos.

Contudo, somente após a unificação dos institutos, consolidada pelo Decreto-lei nº 72, de 1966 — dando origem ao Instituto Nacional de Previdência Social (INPS) —, é que foi estabelecida a pedra fundamental do que viria a ser hoje a ANFIP-MG.

Uma curiosidade é que a ANFIP-MG surgiu em dezembro de 1967, mas o registro de seu ato constitutivo deu-se apenas em 14 de junho de 1968, conforme consta no Cartório de Registro Civil de Pessoas Jurídicas, sob o nº 9.012, livro A - fls. 289.

À época da fusão dos institutos, o primeiro presidente e um dos fundadores da ANFIP-MG, o piauiense José Lamacié Ferreira, lembra que estava em São Paulo quando pensou em pedir transferência para o Rio de Janeiro. Mas sua esposa sugeriu que eles se mudassem para Belo Horizonte, uma cidade mais tranquila, segundo ela. “Muitos colegas disseram para eu vir, até porque cada instituto tinha sua associação e havia muita resistência para que elas se integrassem. Os colegas afirmaram que,

por eu ser de fora e um dos fundadores da ANFIP Nacional, poderia ser um fator de conciliação. E assim surgiu a ideia da fusão das associações dos fiscais do IAPC, IAPI e IAPETEC em Minas Gerais, o que culminou na criação da ANFIP-MG”, ressalta Lamacié.

A partir daí, são muitas histórias, as quais passamos a relembrar, exaltar e eternizar nesta publicação comemorativa dos 50 anos da Associação. ■



Memorial *Antes que nós nos esqueçamos*, produzido por Gil Nogueira, Heitor Marotta, Henrique Almeida e Vinícius da Cruz

Criação das Associações Fiscais dos IAP's

“Em 2 de fevereiro de 1957 foi fundada a Associação dos Fiscais Iapeciários de Minas Gerais (AFIMG), com sede e foro em Belo Horizonte, primeira entidade que congregava os fiscais de um Instituto fundada em nosso Estado, constituída por servidores que exerciam a função de fiscais no IAPC, no Estado de Minas Gerais. Em 21 de junho de 1957, foi criada a Associação dos Fiscais do IAPI, com sede e foro em Belo Horizonte, constituída exclusivamente de Fiscais admitidos sob concurso e pertencentes ao quadro de fiscalização do IAPI, com exercício em Minas Gerais.

Em 12 de janeiro de 1960, foi fundada a Associação dos Fiscais do IAPETEC em Minas Gerais, com sede e foro em Belo Horizonte, constituída por sócios fundadores, fiscais que participaram da assembleia de fundação e assinaram sua ata, e por sócios contribuintes, aqueles que, exercendo a função de fiscal, solicitassem, em requerimento, a sua inscrição.

Em 16 de dezembro de 1967, foi fundada a Associação Mineira dos Fiscais de Previdência (AMFISP), com sede e foro em Belo Horizonte, constituída, exclusivamente, de Fiscais de Previdência e Inspectores de Previdência pertencentes ao quadro efetivo de Fiscalização da Previdência Social, com exercício em Minas Gerais.”

“ Os colegas afirmaram que, por eu ser de fora e um dos fundadores da ANFIP Nacional, poderia ser um fator de conciliação. E assim surgiu a ideia da fusão das associações dos fiscais do IAPC, IAPI e IAPETEC em Minas Gerais.”

JOSÉ LAMACIÉ FERREIRA



primeiros passos

Com o propósito de representar e defender os antigos fiscais da Previdência, desde o princípio, a ANFIP-MG já mostrava a que veio. Em 1970, a recém-nascida Associação entrou com uma representação, por ofício, ao chefe do Serviço de Fiscalização, ao coordenador da CAF e ao superintendente regional do INPS contra o “tratamento pouco recomendável dispensado pelo agente do INPS em Contagem aos colegas fiscais plantonistas que têm servido naquela agência, e contra as expressões desairosas proferidas contra a classe fiscal, em geral pelo agente de Contagem, na recente reunião dos agentes do INPS na capital”, conforme consta em uma antiga ata de reunião.

No ano seguinte, uma ação da diretoria da Associação mostrava sua vocação pela busca do bem comum e luta pelos interesses dos associados. “(...) o sr. Presidente [Amador da Silva Martins] propôs um empréstimo a dois associados que se encontram internados em hospitais sem condições financeiras satisfatórias. Em caráter excepcional foi concedido aos mesmos um empréstimo provisório (...), com emissão de notas promissórias, avalizadas por 2(dois) associados da ‘AMFISP’.”

A propósito, a concessão de empréstimos ou vantagens aos associados — seja por motivo de saúde ou para custear despesas com advogados na defesa de processos administrativos — era comum nos primeiros anos da Associação.

Ao mesmo tempo, podemos dizer que este início foi de construção, conforme também ilustram as atas de reuniões da diretoria daquela época.

Começando com pequenas aquisições — ora a compra de uma linha telefônica, ora de máquinas de calcular para os associados (que assinavam notas promissórias em garantia do pagamento), bem como a contratação de um funcionário para prestação de serviços na secretaria —, posteriormente, chegou-se a vislumbrar a aquisição de “imóvel destinado à sede da Associação Mineira”, cuja escolha “recairia de preferência numa casa residencial situada em bairro próximo do centro da cidade; imóvel desse tipo proporcionaria maior am-

plitude de instalações: salões de jogos e lazer, bar, cantina, quartos para hospedar fiscais associados do interior em trânsito pela capital, maior facilidade de estacionamento de autos, bem como maiores condições de não se perturbar a vizinhança, o que não ocorre em caso de salas ou apartamentos. Conta-se para essa transação, além das citadas disponibilidades de dinheiro, do produto da venda do carro, do numerário que resultará da venda da sala que a Associação possui, no Edifício Iracema, Rua São Paulo, venda essa já autorizada pela assembleia. Ao ensejo, comentou-se favoravelmente à opinião de não se vender ainda o terreno que a Associação possui em Betim, visto tratar-se de imóvel sujeito a grande valorização em curto prazo”. Tal empreendimento, no entanto, veio a concretizar-se apenas em 1991, com a aquisição da atual sede.

Ainda em 1970, precisamente no mês de março, foi quando a entidade começou a publicar suas principais atividades, através do primeiro boletim informativo — cuja circulação era mensal —, sob direção do “Diretor Assistente do Interior”.

É fato que uma das maiores preocupações da Associação sempre foi a luta incansável por melhores condições de trabalho e remuneração para a categoria dos fiscais. E é por isso que, em 1974, conforme também registrado em ata, a diretoria aprovou o encaminhamento de um telegrama ao presidente do INPS, Aroldo Moreira, “encarecendo providências no sentido de ser assinado o ato incorporando a gratificação de produtividade para efeito de aposentadoria dos fiscais.”

Em 1976, a Associação passou pela primeira mudança significativa de sua existência: o seu nome foi alterado para AFIMG (Associação dos Fiscais de Contribuições Previdenciárias de Minas Gerais). Era a primeira de muitas que viriam... ■



Primeira logomarca da Associação.

Depois de quase dez anos de existência, a AFIMG lançou, em outubro de 1977, por iniciativa do tesoureiro geral, Benedicto César, a primeira edição de seu principal órgão informativo, o jornal *O Fiscal*. “É mister que se faça justiça a esse grande colaborador e amigo que é o colega Benedicto César, que vem se constituindo um dos artífices desta realização”, informava o então presidente da Associação, Marcelo Vianna.

A edição, com quatro páginas, trazia a *lista dos aniversariantes* do mês, a lista de fiscais aposentados, o *Demonstrativo da Conta Caixa* e ainda duas colunas — *Coisas que incomodam e Coisas que agradam* —, a primeira com críticas aos atos da administração relacionados à fiscalização e a outra, com elogios e aplausos por indicações de colegas a cargos na Administração e nas entidades de classe, por vitórias no Judiciário (com destaque para liminares em mandados de segurança obtidas pela AFIMG relacionadas à percepção da vantagem pessoal e do pecúlio integral), entre outros.

Outro detalhe da capa dos primeiros jornais publicados era a utilização de logomarca da Associação semelhante à atual, onde a sigla AFIMG vinha impressa sobre um triângulo.

A informação, também no *layout* do título, de que a Associação estava instalada em sede própria retrata, certamente, um valor ou um prestígio daqueles tempos.

Para o então presidente, Marcelo Vianna, o jornal “representa a concretização de uma das metas que nos propusemos a realizar (...)” e surgiu com a finalidade precípua de “fazer chegar a todos aqueles que compõem a grande família previdenciária o eco das notícias e das reivindicações da laboriosa classe dos fiscais previdenciários de Minas Gerais.”

Na segunda edição, estreou a coluna *O*

Fiscal e a bola, assinada por Jovelino Nunes Pinto, que, segundo os colegas, foi uma pessoa importante e bastante integrada às atividades da ANFIP-MG.

Na coluna, ele faz um comparativo entre o jogo de futebol e a realidade de trabalho dos fiscais, com linguagem clara, muito humor e uma crítica velada a atitudes, procedimentos e à realidade do serviço público.

Se hoje ainda resiste na ANFIP-MG um clamor pela união de esforços [senão o grande propósito de uma entidade representante de classe], já era de se esperar que esse tenha sido o paradigma ao longo de sua história, sobretudo diante de incertezas políticas e estruturais que viriam a surgir.

Em 1978, com a instituição do Sistema Nacional de Previdência e Assistência Social (Sinpas), que criou o Instituto de Administração Financeira da Previdência e Assistência Social (Iapas) — este responsável pelo custeio do sistema, encarregado da arrecadação das contribuições, da fiscalização e do controle financeiro —, o presidente da AFIMG, Marcelo Vianna, alertava para a manutenção do reconhecimento da importância que os fiscais representavam no desenvolvimento da Previdência Social. Para isso, disse ele, “é chegado o momento de conclamarmos toda a classe para uma grande união de esforços (...). É necessário que cada colega se conscientize do valor que a classe representa, no desenvolvimento das suas atribuições, prestigiando cada vez mais nossa Associação, a fim de que sua direção possa fazer valer toda a autoridade (...), traduzida no reconhecimento, por parte da administração, dos anseios da fiscalização.” ▶

uma década de história, crescimento e solidez



Imagem do primeiro texto publicado na coluna *O Fiscal e a Bola*, de Jovelino Nunes Pinto.

Também naquele ano, a Associação já demonstrava seu cuidado e atenção com toda a classe dos fiscais, especialmente com os aposentados. Foi quando se comemorou “mais uma vitória” em favor dos interesses dos associados, com o pagamento do pecúlio facultativo negado pelo INPS a eles: “A Associação dos Fiscais de Contribuições Previdenciárias em Minas Gerais comunica a todos os associados e não associados que impetraram Mandado de Segurança, (1º) em número de 21, que foi depositado pela Patronal o valor correspondente aos pecúlios reclamados (...)”

Com esse espírito, em 1978, a nova diretoria da AFIMG criou o Departamento de Assistência Judiciária para a família do associado, cujas atribuições, no caso da morte daquele, era assistir os familiares quanto aos inventários, promover o recebimento de pensão, pecúlios e seguros devidos aos herdeiros.

Foi naquele ano que aconteceu o 1º Encontro de Chefes de Região, em Montes Claros, entre 20 e 23 de junho, com o apoio do Iapas. O encontro serviu para debater teses de grande importância e para a tomada de decisões que serviram para aprimorar a ação fiscal.

Em seu discurso — após saudar a cidade e enaltecer o chefe da 9ª Região Fiscal, Júlio Cesar de Melo Franco, e o secretário de Arrecadação e Fiscalização do INPS, Ednor Santos Fuchs —, o presidente Marcelo Vianna elogiou bastante a figura do fiscal de pasta. “Nele se apoia a grandeza da fiscalização (...) É necessário simplificar suas tarefas a fim de que ele exerça com mais tranquilidade suas funções”, disse.

E assim, em 1978, com dez anos de história, a atuação da AFIMG tornava-se cada vez mais pujante. Entre as realizações do período, além das mencionadas, destacam-se o esforço para facilitar a aquisição de casa própria para os associados, junto ao Banco Nacional de Habitação (BNH); a concessão do cheque caixa-alta aos fiscais; convênios com diversas casas comerciais — inclusive a Makro; intercâmbios com as regionais; participação do presidente nas reuniões de chefes de regiões

fiscais; presença junto à administração, a fim de buscar solução para os problemas dos fiscais da capital e do interior; entre outras.

Sobre o jornal *O Fiscal*, na edição que comemorou o primeiro aniversário da publicação, o editorial redigido por seu idealizador, o fiscal Benedito César, fez as devidas homenagens: “Não há dúvida de que um jornal traz grande prestígio para uma classe, quando bem orientado (...) Hoje, O Fiscal conta com a colaboração diária dos colegas Jovelino Nunes Pinto e Paulo da Cunha, que de maneira especial vêm emprestando seus conhecimentos para que nosso jornal possa sair cada vez melhor.”

O presidente Marcelo Vianna arrematou, mostrando como a AFIMG já se destacava no cenário nacional: “[o jornal] representa uma iniciativa pioneira, além de significar uma nova fase na vida da fiscalização, quando a classe passou a se conscientizar de seu valor e sua importância na vida da Previdência Social (...) Vem trazendo o novo espírito e a nova mentalidade dos Fiscais de Minas Gerais a todos os quadrantes do Brasil. Esta afirmação foi plenamente comprovada por ocasião da última reunião do Conselho de Representantes da Nacional, realizada no Rio de Janeiro, quando recebemos as mais calorosas manifestações de aplausos por parte dos presidentes de nossas coirmãs (...)”



Edição nº 12 do jornal *O Fiscal*, comemorativa de um ano de aniversário da publicação.



Em 1979, é inaugurada a sede da AFIMG localizada no edifício Capixaba, rua Rio de Janeiro, Centro de BH/MG.

início da segunda década é marcada pela mudança de sede

Até então instalada em uma sala na rua São Paulo, Centro de Belo Horizonte, a Associação precisava, certamente, de um ambiente que faria jus ao seu fortalecimento. Com esse propósito, em 1979, foi assinado um contrato de aquisição de uma nova sede, localizada no edifício Capixaba, na rua Rio de Janeiro, também na região central.

A reportagem de *O Fiscal* da época registrou: “Uma entidade que se propõe a lutar por uma classe não deve ter apenas boas intenções e dirigentes capazes de levar a bom termo os seus planos e suas metas. É preciso que tenha também instalações condignas a fim de que possa congrega seus associados e exercer uma administração mais racional e objetiva.”

A mudança contou com o apoio do superintendente do Iapas, o major-brigadeiro Carlos Alberto Ferreira Lopes, e do presidente do órgão, Assis Anahia de Souza, que assinou a autorização para a liberação do imóvel, o 12º

andar do referido edifício. Após reformas, a nova sede foi inaugurada em 20 de dezembro de 1979, pelo novo presidente, Antônio Basílio Martins, que sucedeu Marcelo Vianna, eleito, em agosto, presidente da ANFIP Nacional.

Ainda naquele ano, mais um exemplo da atuação firme da AFIMG, junto com as outras regionais e a ANFIP Nacional, demonstrando sua força e integração cada vez maior no país: a Gratificação de Produtividade, instituída pelo artigo 10 do Decreto-lei nº 1.445/76, foi estendida aos fiscais de contribuições previdenciárias, inclusive aos aposentados. ►



Associados e convidados durante a inauguração da sede localizada na rua Rio de Janeiro, em 1979.



O começo da década de 80, precisamente 1981, foi um ano marcante, pois muitos colegas ingressaram na fiscalização através do concurso daquele ano. E assim que entraram, trataram logo de se associar à AFIMG. Na capa de *O Fiscal*, uma foto ampla com uma nota chama atenção: “O presidente da AFIMG, Raul Carvalho, atendendo convite da Administração do Iapas, compareceu ao auditório da Faculdade de Ciências Econômicas, por ocasião do início do treinamento dos candidatos aprovados no último concurso para fiscal. Na oportunidade, o presidente da AFIMG manifestou o desejo de que todos os candidatos fossem bem sucedidos no treinamento, colocando a Associação à disposição de todos. Nomeados, os novos colegas já prestam seus valiosos serviços ao Iapas e têm comparecido à nossa Associação, inclusive com propostas de sócio. Acima, vários dos novos colegas, em reunião na nossa sede. Não precisa ser muito atento para notar a predominância do elemento feminino.”

Em 1984, outra mudança na Associação. A logomarca é alterada e sua aparência aproxima-se da atual. A nova diretoria, que foi eleita em março e tinha como presidente Marcos Pawlowski, ressalta, em seu programa de trabalho, a valorização profissional, a confraternização e a integração da classe, ampliação e garantia das vantagens e melhor representatividade junto ao poder público, entre outras questões.

Vivendo atualmente de forma mais pacata, Marcos Pawlowski — que também foi um dos fundadores da Associação — lembra que os fiscais trabalhavam muito e eram pouco va-

“ Uma das coisas que sempre buscamos foi promover encontros, confraternizações, para nos integrarmos cada vez mais e mostrarmos nossa força. Eu gostava bastante disso.”

MARCOS PAWLOWSKI

trazendo o computador para manuseio do próprio fiscal”, destacou.

Sobre o propósito da criação da ANFIP-MG, em entrevista concedida há pouco tempo, disse que uma das grandes lutas era a valorização do trabalho da classe: “Nós, que éramos denominados apenas como fiscais, recebíamos pouco pela importância do trabalho que desempenhávamos. Houve uma época em que os fiscais da prefeitura ganhavam mais do que nós. Então pensamos que devíamos nos organizar para lutar por nossos direitos e por maior valorização da categoria. Além disso, uma das coisas que sempre buscamos foi promover encontros, confraternizações, para nos integrarmos cada vez mais e mostrarmos nossa força. Eu gostava bastante disso”, relembra Pawlowski.

Em 1986, entre abril e maio, a presidência da Associação foi exercida por Maria das Graças Santos Timponi, a primeira mulher a exercer esse cargo. Atualmente vivendo em Aracaju/SE, ela se mantém associada à ANFIP-MG e diz ter um amor muito grande pela Associação. “A ANFIP-MG é o melhor canal para nos representar, cuidar e atuar em prol dos nossos interesses”, diz.

Para ela, ter sido presidente da AFIMG foi uma experiência muito interessante e gratificante e, ao mesmo tempo, desafiadora. “Eu fui a primeira mulher presidente de todas as associações, tendo sido até homenageada por isso. Não quero dizer que abri caminho para ninguém, mas, a partir daí, várias mulheres passaram a exercer o cargo”, orgulha-se.

Sobre sua atuação, embora tenha sido por um curto período, destaca a busca pela integração dos colegas, principalmente os aposentados que sempre gostaram muito de frequentar a entidade. “Nessa época mudamos muita coisa, compramos mesas de jogos, de sinuca, dentre várias outros pontos. Nós nos preocupamos muito com isso, com o objetivo de manter a frequência dos aposentados aqui”, relembra. ■

“ A ANFIP-MG é o melhor canal para nos representar, cuidar e atuar em prol dos nossos interesses.”

MARIA DAS GRAÇAS SANTOS TIMPONI





Inauguração da sede própria, localizada na rua dos Carijós, 150, 7º andar (atual). No primeiro plano, da esq. para a dir.: Marcos Pawlowski, Gil Costa Nogueira, Juliana Mart Alves, Isidoro Coelho Linhares e Cyro Moraes da Franca.

a inauguração da sede própria

O ano era 1991. Depois de longos anos de luta, a AFIMG, enfim, conquistara sua sede própria, inaugurada no início de maio, em solenidade que contou com a presença de autoridades, dirigentes e associados. O imóvel custou Cr\$ 15,5 milhões [de cruzeiros].

Com as novas instalações, a Associação iniciou uma série de ações para modernizar sua administração, aproveitando o espaço para proporcionar ainda mais conforto e bem-estar aos associados, bem como aprimorar a luta por melhorias para a classe.

O então presidente, Isidoro Coelho Linhares, descerrou a placa de inauguração e fez um balanço da luta pela conquista do espaço, assim como do esforço da diretoria em promover melhorias para a categoria. “A modernização, sempre presente entre os objetivos da nossa diretoria, vai proporcionar um novo rumo aos nossos trabalhos. Além disso, será possível tornar realidade outros antigos sonhos dos associados”, ressaltou.

Juliana de Araújo Mart Alves, conta que,

antes de Isidoro Linhares, chegou a vislumbrar a compra do mesmo espaço, mas faltavam os recursos para levar a cabo o empreendimento. “Na ocasião em que fui presidente, o José Lamacié foi um dos grandes incentivadores para que adquiríssemos sede própria. Eu sonhava alto, com uns 500 metros quadrados. Então, começamos a estudar uma forma de comprar. Na minha gestão, aumentamos a mensalidade, o que contribuiu para que realizássemos, posteriormente, nosso sonho. Eu cheguei a olhar este local, mas não haviam recursos e a minha gestão já estava terminando”, informou.

“Porém, na gestão seguinte, da qual eu também fiz parte, quando o presidente, Isidoro Linhares, falou que estava pensando em adquirir esse mesmo imóvel, eu logo disse: ‘pode comprar’. Então ele comprou a metade do andar. Depois é que foi adquirida a outra parte” [o salão social], lembra.

Para Juliana Mart Alves, uma das coisas mais importantes da ANFIP-MG é que a sede tornou-se o lugar de encontro dos fiscais, principalmente dos aposentados. “Aqui, todos se conhecem, relembram velhos tempos e muitas histórias, é onde temos notícias dos colegas e amigos. É muito importante essa integra-



ção, principalmente para os mais idosos. Os que estão na ativa encontram-se todos os dias, então mantêm contato. Quando você se aposenta, fica sozinho. Assim, em vez de sair de casa e ficar ali na esquina, é melhor ir para um local aconchegante, para ler um jornal, tomar um café ou bater papo”, exalta.

É exatamente isso que algumas matérias da edição nº 33 do jornal *O Fiscal* destaca: “Como fórmula de congregar a classe em torno de objetivos comuns, a AFIMG está dinamizando os encontros de fim de tarde em sua sede para bate-papos, seresta e uma cervejinha gelada, principalmente às quartas e sextas-feiras. (...) Este conagraçamento entre os associados tem proporcionado uma maior aproximação da classe com sua entidade (...)”.

E ainda: “AFIMG promove integração com colegas do interior - Dentro do espírito de descentralização administrativa e de maior integração com os companheiros de todo o interior do estado, desde que assumiu (...), o novo Conselho Executivo da AFIMG vem acompanhando de perto todas as reuniões de trabalho da Coordenadoria Regional de Arrecadação e Fiscalização (antiga Secretaria de Arrecadação e Fiscalização), que vêm sendo efetivadas nas regiões fiscais do interior de Minas.”

Por outro lado, conforme destacou Isidoro Coelho Linhares, a modernização não se limitava apenas à nova estrutura. Uma nota de um jornal de 1991 informava: “A secretaria da AFIMG está apta a atender toda a demanda dos associados, através de funcionários especializados e experientes e equipamentos modernos. A remodelação administrativa dos serviços da entidade na sua nova sede conta, inclusive, com o apoio de um sistema de computação eletrônico, que facilita a prestação de

“Aqui, todos se conhecem, lembram velhos tempos e muitas histórias, é onde temos notícias dos colegas e amigos. É muito importante essa integração, principalmente para os mais idosos.”

JULIANA DE ARAÚJO MART ALVES

informações rápidas e precisas a toda a classe.”

Ainda sobre o novo espaço, foi destaque em 1991 a inauguração da galeria de artes, na sede da Associação, com trabalhos produzidos pelos “fiscais de contribuições previdenciárias, seus ascendentes e descendentes”. “No período de 2 a 20 de setembro, o colega e artista plástico Márcio de Assis Martins expôs, no hall de entrada da AFIMG, 25 telas em óleo, das quais 18 vendidas durante a mostra. A exposição foi visitada por mais de 250 associados e inaugurou o novo espaço de cultura da Associação.”

Outro importante acontecimento de 1991 foi o Encontro Nacional de Fiscais de Contribuições Previdenciárias (Enafimg), que aconteceu em Poços de Caldas/MG, contou com a presença de mais de 500 fiscais de todo o país e foi promovido pela AFIMG, com apoio da ANFIP. O evento teve como propósito discutir os principais problemas da classe e promover a integração de profissionais de todo o país, bem como comemorar os 10 anos de atividade na Previdência Social da turma de fiscais de 1981. “Foi um grande evento, com a presença de ministros, coordenadores, todos da central em Brasília. Foi marcante para a AFIMG realizar esse encontro em Poços de Caldas”, lembrou a atual presidente do Conselho Executivo, Ana Lúcia Guimarães Silva.

Em tempo: a outra parte do 7º andar do Ed. Carijós, onde está instalada a sede da ANFIP-MG, foi adquirida em 2003, pelo então presidente Lúcio Avelino de Barros, o qual foi homenageado com a indicação de seu nome para o novo salão de eventos. “Além da localização, a aquisição desse imóvel tornou-se vantajosa, já que, recentemente, o prédio passou por ampla reforma e ganhou novas instalações elétricas, elevador e pintura”, disse o presidente Lúcio Avelino.

O imóvel, de 276 metros quadrados, foi reformado e inaugurado em março de 2006, com o objetivo de oferecer mais conforto e melhor aproveitamento do espaço para os associados. ■



Cobertura, no jornal *O Fiscal*, do Encontro Nacional de Fiscais de Contribuições Previdenciárias, realizado em 1991 (Poços de Caldas/MG).



Placa comemorativa dos 25 anos da ANFIP-MG, inaugurada em junho de 1993.

outra mudança de nome: agora o definitivo, ANFIP-MG

Perto de completar 25 anos de existência, em 1992, a nomenclatura da Associação mudou novamente. Depois de uma Assembleia Geral Extraordinária, realizada em dezembro de 1991, o Estatuto Social foi reformado e um dos pontos alterados foi justamente a adoção da sigla ANFIP-MG em substituição à AFIMG. A resolução baseou-se em tese apresentada e aprovada em plenário, pelo então vice-presidente Executivo, Célio Lobato de Almeida, na Convenção Nacional da ANFIP, que aconteceu em 1991.

E por falar na sigla, não podemos deixar de mencionar o processo de criação do logotipo da Associação. O autor foi o artista plástico e associado José Romualdo Quintão, que sempre participou das diretorias em seus primórdios.

Ele não se lembra ao certo qual foi o ano da alteração da antiga para a posterior [quando a Associação ainda se chamava AFIMG], mas, pelas edições do jornal O Fiscal da época, constata-se que foi entre 1982 e 1984.

Quintão diz que teve a ideia de mudar o logotipo, propôs à diretoria e ela aceitou. “Fiz vários desenhos e o que achei melhor foi esse em que as faixas denotam sentido de crescimento, da direita para a esquerda. Já o triângulo traz ideia de proteção e remete à bandeira de Minas Gerais. A marca foi criada levando-se em consideração esse tripé”, orgulha-se.

Em 1992, o relatório de atividades do Conselho Executivo trazia informações interessantes sobre realizações do período: Luta da Associação contra uma medida provisória que cortava gratificações; informações sobre a compra da sede; reforma estatutária; encontros diversos, com destaque para o de Poços

José Romualdo Quintão com o esboço da logomarca atual da ANFIP-MG.

de Caldas, cujo tema foi a defesa da Previdência Social e um alerta contra a sua privatização; entre outros.

A propósito, para celebrar os 25 anos, em 1993, foi lançado um concurso de monografia, que teve como vencedor Sictão, pseudônimo do associado José Geraldo Heleno, com a tese “Ética Fiscal: A prática da democracia dos espíritos, ponto de partida da liberdade e crepúsculo das tiranias (Novaes - 1)”. As comemorações, em razão da expressiva marca, aconteceram no dia 18 de junho de 1993, nos salões do Sesc, em Belo Horizonte/BH, evento bastante prestigiado, que contou com autoridades do INSS e com a recepção aos colegas recém-empossados.

No mesmo ano, foi inaugurada a placa comemorativa em alusão aos 25 anos. Na cerimônia, o presidente Célio Lobato de Almeida fez questão de homenagear os ex-presidentes Isidoro Coelho Linhares — especialmente pela aquisição da sede — e Cyro Moraes da Franca — pelos relevantes serviços prestados à classe previdenciária de todo o Brasil, por mais de 10 anos.

É bom lembrar que Cyro Moraes da Franca foi um dos quatro mineiros ex-presidentes da ANFIP Nacional (entre 1985 e 1986), ao lado de José Lamacié Ferreira (gestão 1970/1971), Aloísio de Melo (1974-1975) e Marcelo Vianna (1979-1980). O fato rendeu a eles uma singela homenagem promovida pela ANFIP-MG, em 2015, com a inauguração de seus retratos na Galeria dos Mineiros Ex-presidentes da ANFIP.

Uma curiosidade é que, na comemoração dos 25 anos da ANFIP-MG, o então presidente da ANFIP Nacional era Floriano Martins de Sá Neto, fato que se repete em 2018, na comemoração de seu cinquentenário. ■



Inauguração da Galeria dos Ex-presidentes da ANFIP-MG. Esq. p/ dir.: Célio Lobato, Marcelo Vianna, Gil Nogueira, Aloísio de Melo, José Lamacié, Maria das Graças Timponi, Juliana Alves, Antônio Martins, Djalma Fernandes, Marcos Pawlowski e Antônio Melo.

defesa contínua da categoria

O rientada pelo propósito de defesa intransigente da classe dos fiscais de contribuições previdenciárias e de seus associados, a ANFIP-MG engajou-se em uma firme manifestação de repúdio à Administração, diante de um episódio que aconteceu em Barbacena em 1996, cujo resultado foi o encaminhamento de um ofício ao presidente do INSS na ocasião, Crésio de Matos Rolim.

É que o dirigente havia exonerado o gerente regional de Arrecadação e Fiscalização — associado da ANFIP-MG —, sem razões técnico-administrativas que justificassem, em virtude do Planejamento Trimestral de Fiscalização do INSS ter contrariado interesses da família Andrada.

O presidente da ANFIP-MG, Sérgio Guimarães Campos de Pinho, enfatizou: “A ingerência política sem obediência a qualquer critério técnico ou administrativo como ocorreu em Barbacena abre caminho a outros fatos semelhantes na administração pública, inviabilizando a ação fiscalizadora da receita, em todos os setores, quando estejam envolvidas empresas sob o comando de políticos. (...) A exoneração do nosso associado, Nivaldo Mendes de Souza, atendendo a interesses espúrios, veio desestruturar todo o sistema administrativo da Previdência Social em Minas Gerais (...). Esperamos que o ato administrativo repudiado seja reexaminado criteriosamente não só fazendo justiça a um servidor que apenas procurou em toda a sua vida funcional cumprir e fazer cumprir os dispositivos que compõem a legislação previdenciária, mas repondo a dignidade da função e recompondo a administração estadual do INSS com a recondução de todos os dirigentes que depuseram seus cargos em solidariedade ao colega demitido.”

Além desse fato, no mesmo período, a

ANFIP-MG também tratou de enviar ao jornal Estado de Minas outra nota de repúdio a uma matéria que falava sobre a incapacidade dos fiscais em promover a arrecadação de tributos.

Claro que entre uma ação política e outra, não faltou motivação para os mais diversos eventos sociais, encontros, confraternizações, as tradicionais festas de aniversariantes, dentre outros. Um destaque do ano de 1997 foi o *1º Torneio de Snooker “Márcio de Assis Martins”*, patrocinado pela Associação.

Em 1998, com a posse da nova diretoria, a Associação deu início à divulgação do trabalho das diversas gerências de Arrecadação e Fiscalização do INSS. A primeira foi Divinópolis, com um painel de suas atividades, estratégias de ação fiscal e dos anseios e necessidades dos Auditores. Fato semelhante aconteceu entre 2010 e 2011, dessa vez com as delegacias da Receita Federal do Brasil, após a unificação das secretarias da Receita Fazendária e da Previdenciária.

Outra importante ação da ANFIP-MG naquele ano foi a reivindicação da carteira de identificação para os aposentados, expedida pelo INSS. Uma reunião realizada no dia 22 de junho, entre o presidente da Associação,



1º Torneio de Snooker da ANFIP-MG, em 1997.

Marcos Barbonaglia, e a coordenadora de RH do INSS, Maria Auxiliadora Teixeira Marques, selou o acordo.

Na área cultural, um fato marcante foi o 1º Concurso Estadual de Fotografia (Fotograf'Arte/98), que tinha por objetivo estimular o talento dos associados nesse segmento. A grande vencedora foi Maria de Fátima Couri Gamonal, de Juiz de Fora, com a foto “Galho Seco”, que mostrava a paisagem do Parque Estadual do Ibitipoca/MG. Em segundo e terceiro lugares ficaram, respectivamente, José Aluísio Alves Campos, com “Pontal do Atalaia” (Arraial do Cabo/RJ), e Therezinha de Oliveira Moreira, com “Praia dos Namorados” (Iriri/ES), ambos de Belo Horizonte.

Já em 1999, a ANFIP-MG realizou, em conjunto com outras entidades representativas dos servidores públicos, o I Encontro Regional dos Previdenciários, que aconteceu em Divinópolis e apostava na união da categoria para vencer as adversidades. O presidente da Associação, Marcos Barbonaglia, enfatizou: “É preciso que estruturemos nossa luta, através da união de nossas representações. Sabemos que é difícil reverter o quadro atual, mas é preciso mudar o rumo da história. Nesse sentido, o encontro é uma oportunidade de começar nosso caminhar.”

Outra iniciativa daquele ano foi o lançamento do Hino da ANFIP-MG, de autoria do associado Antônio Augusto Garcia, vencedor do concurso Talento Musical/99. As dez melhores músicas apresentadas foram gravadas no *CD Canto Fiscal*. “O hino retrata o espírito de luta da entidade e ressalta os valores da categoria. As demais canções enfatizam o dia a dia do Auditor-Fiscal e a importância da Previdência Social”, diz uma nota registrada no jornal *O Fiscal*.

Na área política, a Associação se mobilizou para reverter uma situação que a isonomia para o Fisco Federal (estabelecida pela MP nº 1915-1 e que, a propósito, era bem-vinda) gerou: criou a Gratificação de Desempenho de Atividade Tributária (GDAT), em substituição à Gefa, excluindo os aposentados e pensionis-

tas. A medida foi considerada ilegal, pois contrariava o princípio da isonomia entre os que se aposentaram antes da MP e os que iriam se aposentar — pois estes levariam seus proventos para a gratificação —, bem como afrontava a paridade estipulada no artigo 40, § 8º da Constituição Federal.

Percebe-se que a história se repete, em 2016/2017, com a extinção do subsídio e volta do vencimento básico mais bônus de eficiência, novamente prejudicando a paridade entre ativos e aposentados e pensionistas. ■



Frente e verso do CD Canto Fiscal, fruto do concurso Talento Musical, realizado em 1999, ocasião em que foi gravado o hino da ANFIP-MG, composto por Antônio Augusto Garcia.



Acima: associados apreciam o primeiro Fotograf'Arte. Ao lado, no centro, a fotografia vencedora: “Galho Seco”.



início do milênio, sede reinaugurada e muitas ações políticas

Em 2000, a ANFIP-MG recebeu uma intimação da Cemig dizendo que seria necessário trocar o cabeamento elétrico do imóvel, o que resultou em uma grande reforma da sede, uma vez que, ao início das obras, constataram-se demandas em todas as dependências.

Com a reforma, o espaço físico foi totalmente remodelado, proporcionando maior funcionalidade e conforto para os associados. A sede ganhou o Centro de Estudos da Seguridade Social e a Sala de Cursos, mantendo os espaços para lazer e integração.

“O importante é a atual filosofia do Conselho Executivo, consubstanciada na nova sede. Queremos uma Associação que abrigue todas as demandas de seus filiados, seja na área do lazer, da profissionalização do AFPS ou da cultura geral. Este espaço possibilitará melhores condições estruturais para a implementação da luta pelos nossos direitos, que a todo momento são ameaçados, exigindo a pronta intervenção desta Casa”, destacou Marcos Barbonaglia.

O então presidente lembra que, durante sua gestão, a reforma foi uma questão mais operacional. Entretanto, destacam-se outras ações políticas naquele período. Uma delas foi a ideia de autonomia. “Em alguns momentos chegamos a ser até questionados, pois tomamos medidas em Minas Gerais defendendo os interesses dos Auditores mineiros. Um dirigente da Nacional falou que não poderíamos tomar determinada atitude, pois estaria contra as diretrizes nacionais. Respondi que éramos parceiros e estávamos juntos em tudo aquilo que fosse convergente. Naquilo que pensássemos diferente, tínhamos autonomia para de-

finir o que fosse melhor para os mineiros. A partir disso, entendo que passamos a ser mais respeitados”, afirmou.

Por outro lado, Marcos Barbonaglia resalta a parceria com o Fisco Fórum/MG e a participação em eventos de interesse dos aposentados, junto com a Federação Nacional dos Aposentados e Pensionistas, bem como parcerias diversas, a exemplo da celebrada com a UFMG, que disponibilizava curso de atualização em contabilidade/auditoria pública.

Para ele, ter sido presidente da ANFIP-MG é motivo de muita alegria, satisfação e realização pessoal. “É um sentimento de que não passamos em vão. Mas é importante dizer que ser presidente não é nada se não contarmos com os conselheiros, pois o presidente nada mais é do que um timoneiro. É a pessoa que conduz, dá os encaminhamentos e traz sua linha política. Contudo, quem coloca em prática, efetivamente, as ações são os conselheiros. Então, se você não tem um bom time não adianta. É como o técnico de futebol”, comparou. “Tive a oportunidade de ter uma diretoria esplêndida, de pessoas muito comprometidas, interessadas, que queriam ajudar e participavam de todas as ações”, observou.

Em março de 2000, após ação impetrada pela ANFIP-MG e o Sindifisp-MG, a Justiça Federal de Belo Horizonte concedeu liminar em mandado de segurança determinando o pagamento da GDAT aos aposentados e pensionistas.

Foi naquele ano também que a ANFIP-MG firmou contrato com a Unimed-BH, o carro-chefe dos convênios da entidade até os dias atuais, e com a Telemig Celular, para oferecer aos associados melhores condições para aquisição de aparelhos e utilização do sistema de telefonia celular, através do plano corporativo. ►



Audidores-Fiscais em reunião com o ministro da Previdência, Roberto Brant. Da esq. p/ a dir.: Bernadette Duarte, Afonso Ligório, Marcos Barbonaglia, Roberto Brant, Mara Calabria, Pedro Arnaldo.

Aquele período ficou especialmente marcado pela luta para a extensão da GDAT aos aposentados e pensionistas, orientando as ações da Associação. Foram muitas reuniões e mobilizações, com objetivo de convencer os membros do Congresso Nacional a aprovarem a MP 2.093-21, de acordo com o relatório do então deputado Betinho Rosado (PFL/RN), o que garantiria o pagamento da gratificação a todos os AFPS.

Em março de 2001, representantes da ANFIP-MG reuniram-se com o ministro da Previdência, Roberto Brant (PFL/MG), e com o presidente da Câmara, deputado federal Aécio Neves (PSDB/MG), com o mesmo propósito.

A reunião com o ministro Roberto Brant repetiu-se em agosto, quando o dirigente reforçou seu posicionamento a favor da resolução do problema, afirmando não haver empecilho administrativo para viabilizar o pagamento da gratificação aos aposentados e pensionistas, desde que houvesse decisão judicial que desse respaldo, o que aconteceu, em segunda instância (decisão do TRF1 favorável à ANFIP Nacional), ainda naquele ano. Contudo, o pagamento da GDAT seria regulamentado apenas em 2003, através do Ofício Circular nº 13/03, da Secretaria de Recursos Humanos do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (MPOG).

Embora se mostrasse favorável, o ministro acabou causando revolta à categoria ao afirmar, em entrevista concedida ao jornal Estado de Minas, em novembro de 2001, que a classe praticava “terrorismo administrativo por ser rigorosa ao apontar irregularidades na administração dos recursos de isenção fiscal.”

O fato gerou profunda indignação e fez a ANFIP-MG buscar sua retratação e publicar uma matéria de repúdio, em que expunha o

recuo do ministro e apontava suas declarações como “inverídicas, injuriosas e contrárias ao interesse público”. A matéria dizia: “não é possível que o senhor ministro, sob o argumento de defender instituições que buscam a isenção das contribuições sociais, a despeito de uma suposta filantropia, venha desmoralizar a categoria dos Auditores-Fiscais da Previdência Social, que tanto contribui para o equilíbrio social de nosso país.”

Por fim, vale como registro de 2001 também o início dos debates acerca das perspectivas da carreira dos AFPS, que tiveram como base duas teses aprovadas na XVII Convenção Nacional da ANFIP. Os participantes das oficinas sobre o tema concluíram que havia “necessidade de se promover a unificação das carreiras dos AFPS e dos Auditores-Fiscais da Receita Federal, desde que se encontre inserto no processo de fusão as mesmas atribuições, responsabilidades, direitos e deveres”. Além disso, segundo o relatório, “o fato de passarmos para a Secretaria da Receita Federal não significa o abandono da bandeira da Previdência Social pública, pois, em nosso entendimento, uma categoria mais expressiva tem muito mais força para a defesa dessa causa.” ■



“ Queremos uma Associação que abrigue todas as demandas de seus filiados, seja na área do lazer, da profissionalização do AFPS ou da cultura geral.”

MARCOS BARBONAGLIA DA SILVA

GALERIA DO
EX-PRESIDENTES DA



1



2



3



4



5



6



7



14



15



16



17



18



19



20

1 José Lamacié Ferreira
[fev/1968 • dez/1969]

2 Amador da Silva Martins
[jan/1970 • fev/1972]

3 Aloísio de Melo
[mar/1972 • jun/1973]

7 José de Assis
[jan/1976 • mar/1976]

8 Gil Costa Nogueira
[abr/1976 • jul/1977]
[abr/1997 • mar/1998]

9 Marcelo Vianna
[ago/1977 • set/1979]
[abr/1982 • mar/1984]

13 Maria das Graças S. Timponi
[abr/1986 • mai/1986]

14 Antônio N. Vaz de Melo
[jun/1986 • set/1987]

15 Célio Lobato de Almeida
[out/1987 • mar/1988]
[abr/1992 • mar/1994]

19 Lúcio Avelino de Barros
[abr/1994 • mar/1995]
[abr/2002 • mar/2004]
[abr/2004 • jun/2006]
[jul/2008 • jun/2010]

20 Sérgio G. Campos de Pinho
[abr/1995 • mar/1997]
[abr/1996 • mar/1997]

21 Marcos Barbonaglia da Silva
[abr/1998 • mar/2000]
[abr/2000 • mar/2001]



4 _____
Horácio Costa Pinto
[jun/1973 • mar/1974]

5 _____
Paulo Lima de Almeida
[mar/1974 • ago/1975]

6 _____
Alencar L. Nogueira
[set/1975 • jan/1976]

10 _____
Antônio Basílio Martins
[out/1979 • mar/1980]

11 _____
Raul Carvalho
[abr/1980 • mar/1982]

12 _____
Marcos Pawlowski
[abr/1984 • mar/1986]

16 _____
Djalma José Fernandes
[abr/1988 • mar/1989]

17 _____
Juliana Araújo Mart Alves
[abr/1989 • mar/1990]

18 _____
Isidoro Coelho Linhares
[abr/1990 • mar/1992]

22 _____
Mara Calabria
[abr/2001 • mar/2002]

23 _____
Afonso Ligório de Faria
[jul/2006 • jun/2008]
[jul/2010 • jun/2012]
[jul/2014 • jan/2016]

24 _____
Ilva Maria Franca Lauria
[jul/2012 • jun/2014]
[jul/2016 • jul/2017]

25 _____
Sineida Ribeiro Sales
[jan/2016 • jun/2016]

mais qualidade de vida

Sempre atenta aos anseios e reivindicações e com o objetivo de fortalecer a categoria, a ANFIP-MG implementou, em 2001, um projeto de integração com os Auditores-Fiscais da Previdência Social (AFPS) das gerências do interior do estado. Os primeiros encontros aconteceram em Juiz de Fora, Barbacena, Uberaba, Governador Valadares e Montes Claros. A então presidente do Conselho Executivo, Mara Calabria, salientou: “Nosso objetivo é integrar a classe, buscando sempre a qualificação profissional do AFPS e a melhoria da qualidade de vida dos colegas.”

Aliás, Mara Calabria destaca que um dos principais objetivos de sua gestão foi buscar a qualidade de vida dos associados. “Aconteceram muitas atividades durante aquele período, que visavam, sobretudo, o bem-estar e a saúde de todos. Entretanto, nunca deixamos de preocupar com os direitos da categoria, pois tivemos também algumas questões jurídicas, políticas e administrativas a serem resolvidas”, lembrou.

Dentro do escopo, foi criado o Projeto Qualidade, que consistia na promoção de diversas atividades, como cursos de qualificação, palestras, viagens, oficinas e encontros de integração. O primeiro evento do projeto foi a palestra *Interação e fortalecimento do associado enquanto indivíduo e categoria*, com o psiquiatra Eduardo Aquino. Outra iniciativa bastante elogiada foi o *Cinema com Pipoca*, que acontece até os dias atuais.

A ex-presidente reconhece, contudo, que o êxito não é exatamente em função dela, mas das pessoas que fizeram parte de sua administração. “Muitas pessoas nos ajudaram, além das tradicionais que são os Conselhos Executivo e Fiscal e colaboradores. Eu trouxe colegas que formaram equipes para fazer tra-

balhos específicos, o que foi muito gratificante. A propósito, talvez essa tenha sido a nossa maior realização. Eu presenciei a criação de muitas coisas boas”, arrematou.

Sobre o exercício da presidência, Mara Calabria é enfática: “Fazer parte e ser presidente de uma associação onde se contribui para o benefício de muitos é uma honra, além de ter sido uma grande responsabilidade, claro. A ANFIP-MG representa, para mim, uma entidade de curso certo, com um objetivo certo, de prestar o melhor trabalho para seus associados nos interesses e nos direitos deles. Mas também deve ter como premissa a responsabilidade social. E, nesse sentido, a missão dos fiscais de fazer um caixa para benefício social torna-se algo muito relevante. Acredito que grande parte de nós tinha esse orgulho de trabalhar em função da sociedade. Exercendo nossa função na Previdência sempre tivemos uma consciência social muito apurada e nós queríamos, sim, contribuir, de alguma forma, para alguma melhoria, seja da saúde, da educação ou do sistema em si”, arrematou. ■

“ A ANFIP-MG representa, para mim, uma entidade de curso certo, com um objetivo certo, de prestar o melhor trabalho para seus associados.”

MARA CALABRIA



Acima, o primeiro Cinema com Pipoca. Abaixo, o Projeto Qualidade: palestra com o psiquiatra Eduardo Aquino.





a reforma da previdência - parte I

Não é de hoje que os governos enxergam na mudança das regras da Previdência uma verdadeira mina de ouro para beneficiar o mercado financeiro, a pretexto de que o sistema possui déficit e é insustentável no longo prazo.

Assim como em 2017, um dos assuntos mais relevantes e controversos discutidos em 2003 foi a reforma da Previdência (PEC 40/03), tema de grande interesse da categoria. E, na demanda, destaca-se uma firme atuação da ANFIP-MG nos debates relativos à questão, em conjunto com o Sindifisp-MG e o Fisco Fórum-MG, que lançou o estudo *Mentiras e Verdades sobre a Reforma da Previdência*.

Muitas foram as mobilizações naquele período, com destaque para uma assembleia conjunta realizada em 2003 pelas duas entidades, em que ficou decidida a intensificação das ações contra o projeto de reforma da Previdência (PL nº 9, que consubstanciou-se na PEC 40/03, convertida na Emenda Constitucional nº 41/03). É bom lembrar que a EC

nº 41/03 instituiu, entre outros prejuízos para os Auditores-Fiscais, a contribuição previdenciária dos servidores públicos aposentados e dos pensionistas, combatida pela PEC 555/06, até os dias atuais.

Entre as principais linhas de ação defendidas pela Associação e pelo sindicato na luta contra a reforma da Previdência de 2003 estavam a manutenção da integralidade dos salários na aposentadoria, paridade entre ativos e aposentados, extinção do fator previdenciário, realização de auditoria nas contas dos regimes geral e próprio e reorganização da gestão democrática da Previdência e do Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social (CDES), entre outras.

Assim como hoje acontece junto à Frente Mineira de Defesa da Previdência Social, a ANFIP-MG defendeu um amplo debate sobre o tema e alternativas que os governos não consideraram, como o fim da DRU, a manutenção do conceito de Seguridade Social estabelecido pela CF88, auditoria nas contas da Seguridade e combate à fraude e sonegação, dentre outros.

Em julho de 2003, a luta para barrar a PEC 40/03 foi marcada por um grande ato público, realizado, em Belo Horizonte, pelos servidores públicos mineiros. O protesto contou com mais de dois mil participantes. ■

Ato público contra a reforma da Previdência, que aconteceu em Belo Horizonte, em 2003.



mudanças na carreira do AFPS

Ainda em 2003, a Associação e o sindicato retomaram o debate sobre as perspectivas da carreira, diante da hipótese de unificação das fiscalizações, em decorrência da possível aprovação da reforma tributária (PEC 41/2003, transformada, posteriormente, na EC nº 42/2003). Na ocasião, foi criado um grupo de trabalho para analisar as implicações da proposta sobre as atribuições da categoria.

O trabalho teve como fruto o primeiro *Fórum de Debates sobre Perspectivas da Carreira dos AFPS*. O presidente da ANFIP-MG naquele momento, Lúcio Avelino de Barros, enfatizou: “Nossa preocupação neste fórum não é somente corporativa. Temos um compromisso com a defesa e o fortalecimento da Previdência Social pública.”

Aquele foi um momento de intensos debates, em que a atuação da ANFIP-MG no diálogo com a categoria e a Administração, como sempre, foi imprescindível.

Em setembro de 2004, a Associação analisou, com os AFPS, a criação da Secretaria da Receita Previdenciária (SRP), o que foi visto com otimismo tanto pela ANFIP-MG quanto pela ANFIP Nacional, já que se almejava o fortalecimento do INSS e da receita previdenciária, com disposição de recursos prioritários para o desenvolvimento de suas atividades.

Em dezembro, após a implementação do novo órgão, o tema foi novamente discutido na reunião de encerramento das atividades de 2004, realizada no Sesc Venda Nova, em BH. O presidente Lúcio Avelino salientou: “A criação da SRP vem fortalecer não só a carreira, mas a Previdência Social pública. Sabemos que será um grande desafio para todos, mas temos certeza de que esse projeto alcançará o êxito esperado graças ao empenho, dedicação e competência dos colegas.”

Vimos que o processo foi passageiro, tendo em vista que, logo depois, aconteceu a unificação da Secretaria da Receita Previdenciária com a Fazenda, defendida pela ANFIP, através da MP nº 258/05, que perdeu validade por decurso de tempo. Entretanto, posteriormente, o governo apresentou o Projeto de Lei (PL) nº 6.272/05, que foi convertido na Lei Ordinária nº 11.457/07, a qual instituiu a unificação.

A ANFIP Nacional defendia seu posicionamento de que a unificação fortaleceria a administração tributária federal, tornando-a mais eficiente e viabilizando a tão almejada justiça fiscal e social no país. Não deixou, contudo, de sugerir diversas emendas, dentre as quais a preservação do princípio da paridade, a manutenção da GEAP, a valorização dos associados no início da carreira e a defesa da Previdência Social pública, por meio da garantia de que os recursos da contribuição previdenciária fossem destinados, exclusivamente, ao pagamento dos benefícios do INSS.

O tema foi bastante discutido tanto em âmbito estadual, pela ANFIP-MG, quanto nacionalmente. Em março e abril de 2005, os AFPS debateram o assunto em encontros regionais promovidos pelas associações. O primeiro deles aconteceu em Araxá. Depois, no Sesc Venda Nova (BH) e em Juiz de Fora.

Em julho daquele ano, a ANFIP-MG promoveu uma grande reunião para esclarecer os associados sobre a mudança. O presidente Lúcio Avelino de Barros observou que “nossa preocupação é, paralelamente às prerrogativas dos servidores ativos, resguardar o direito dos aposentados e pensionistas, uma vez que não seria novidade se o governo tentasse prejudicar esses colegas, como vem fazendo sistematicamente, desrespeitando, inclusive, dispositivos constitucionais.”

A rigor, a ANFIP-MG fez coro aos integrantes da categoria de todo o país e realizou um intenso trabalho parlamentar em favor da unificação. Em conjunto com o Sindifisp-MG, promoveu diversas caravanas a Brasília, bem como visitas aos deputados federais mineiros. ■

Audidores-Fiscais discutem implicações da reforma tributária no Fórum de Debates sobre Perspectivas da Carreira dos AFPS, realizado, em 2003.





VIII Encontro Estadual de Aposentados e Pensionistas, realizado em março de 2018, em Caxambu/MG.

O ano de 2004 marcou ainda o início de um importante evento da Associação: o Encontro Estadual dos Auditores-Fiscais Aposentados e dos Pensionistas, que acontece de dois em dois anos e foi idealizado pela então vice-presidente de Aposentados e Pensionistas e Serviços Assistenciais, Cecília Buzzelli dos Santos, de Juiz de Fora.

o encontro estadual de aposentados e pensionistas

Para ela, aquele foi um momento muito especial: “Estou concretizando um sonho antigo, que é ver reunidos neste evento tantos colegas aposentados e pensionistas. Sinto-me muito feliz e realizada. Vamos aproveitar a vida, pois a idade não significa nada”, exaltou.

O evento tem por objetivo a confraternização e a celebração da amizade e integração entre os participantes: associados, seus familiares e amigos.

Cabe lembrar aqui os oito encontros que já aconteceram, todos organizados com muito cuidado e dedicação. O primeiro, em 2004, no Sesc Venda Nova, em BH. A partir daí foram realizados os Encontros de Furnas (2006); do Canto da Siriema (2008); do Grande Hotel de Araxá (2010); do Hotel Brasil, em São Lourenço (2012); do Tauá Resort Hotel, em Caeté (2014), do Hotel Cabeça de Boi, em Monte Verde (2016); e o do Hotel Glória, em Caxambu (2018). ■

I Encontro Estadual de Aposentados e Pensionistas, idealizado por Cecília Buzzelli dos Santos (no centro), e realizado em 2004, no Sesc Venda Nova, BH/MG.



Da esquerda para a direita: Lúcio Avelino, Misma Suhet, Marcos Barbonaglia, Cecília Buzzelli, Maria Lisboa, Décio Lopes.

ANFIP-MG comemora 40 anos

Diante de um cenário bastante diferente, comparado ao momento de sua criação, com tantas mudanças na classe que representa, a ANFIP-MG chegou, em 2008, aos 40 anos de existência, com a certeza de que sempre teve uma atuação pautada pela defesa incondicional e responsável dos interesses de seus associados. E isso mereceu uma celebração do tamanho desse significado.

O presidente era Afonso Ligório de Fa-

ria, que assim sintetizou a importância da ANFIP-MG: “No seu papel de prolongamento regional da ANFIP Nacional, sempre figurou entre as unidades mais atuantes em prol dos Auditores-Fiscais e é tida como centro das decisões por causas nacionais. Consegue articular de forma extremamente competente a defesa dos interesses da categoria e, além de atender desejos corporativos, abraça as causas pela defesa da Seguridade Social como patrimônio indispensável do povo brasileiro. A partir da unificação das carreiras, nosso papel ampliou-se. Agora somos corresponsáveis pelo custeio de todos os programas que envolvem as políticas públicas do governo.” ■

Edição nº 162 do jornal O Fiscal celebra os 40 anos da ANFIP-MG.

Antes que nós nos esqueçamos

Quem quiser saber mais sobre a História da ANFIP-MG, pode ler o livro "Antes que nós nos esqueçamos", trabalho realizado por Gil Costa da Costa, Henrique José Amorim Almeida, Néstor Mayetta e Vinícius de Cruz.

Os quatro amigos, essenciais durante um ano de lutas, que se aliaram ao lado da associação para lutar pela criação do Sistema de Previdência Social, finalmente, dão o seu contributo em uma publicação de livro. Henrique e Vinícius não desistem e continuam a trabalhar até o final

1º ata da assembleia da ANFIP-MG quando foi disputada a eleição para Conselho Executivo. A fundação da ANFIP-MG, no dia 14/06/68, está registrada com o nº 8.012 - Livro A-10 - Fls. 385, alteração nº 22.916 - Livro A-27, Fls. 153 no Registro Civil de Pessoas Jurídicas.

CONTE PARA "O FISCAL"

Se você tem alguma lembrança e quer compartilhar conosco, envie sua história e envie para nós na sede da ANFIP-MG ou para e-mail anfipmg@terra.com.br.

Happy hour histórico

Homenagem a ANFIP-MG

“Foi um direito assumir a presidência da ANFIP-MG, pois tenho experiência acumulada em a primeira presidente mulher de uma unidade de classe dos auditores da Previdência. Devo agradecer, ter a porta sempre aberta de qualquer maneira, colegas associados.”

Marta May Araújo S. Figueira

“A ANFIP-MG é entidade gloriosa que sempre lutou pelos direitos de nossa classe e sustentamos com as intervenções dos associados. É o que me faz sentir orgulhosa de ter participado de sua história como presidente.”

Marcos Bartholomiu

“Muito com dificuldade, foi quando eu estive aqui na ANFIP-MG para encerrar o curso de curso. Sempre trabalhei aqui, a amizade e o amor. Não dá. Estou sempre com a ANFIP-MG, no meu pensamento porque ela me fez muito feliz.”

Luiz Carlos

“A ANFIP-MG, em sua história, sempre esteve presente em todos os momentos importantes da vida profissional dos auditores da Previdência Social. É o que me faz sentir orgulhoso de ter participado de sua história como presidente.”

Luiz Carlos

“A ANFIP-MG, em sua história, sempre esteve presente em todos os momentos importantes da vida profissional dos auditores da Previdência Social. É o que me faz sentir orgulhoso de ter participado de sua história como presidente.”

1923	Anos 30	1933	1960	1966	1968	1976	1977	1988	1990	1993	1999
Lei Elly Chaves cria a Caixa de Aposentadorias e Pensões	É criada a Caixa de Aposentadorias e Pensões (CAPS)	A partir deste ano, muitas CAPS foram substituídas pelas IAPs	Promulgação da Lei Orgânica da Previdência Social - primeiro da unificação	Criação do INPS/Fusão dos Institutos	Fundação a Associação Mineira de Previdência AMPP	Criação da Associação dos Fiscais de Contribuições Previdenciárias que sucede a AMPP	Lei 6.439 cria o Sistema Nacional de Previdência Social	Constituição Federal amplia o âmbito de Seguridade Social	INPS funde-se ao MPAS, surgindo o INSS	Adotada a sigla ANFIP-MG (Associação dos Fiscais de Contribuições Previdenciárias)	A entidade passa a chamar-se Associação dos Auditores Fiscais da Previdência Social, mantendo ANFIP-MG.

o início da última década

Voltando à questão das mudanças, todos se lembram que 2007 foi o ano da unificação das secretarias da Receita Fazendária e da Receita Previdenciária, resultando na atual Receita Federal do Brasil (RFB). E com o propósito de levar ao conhecimento dos associados as atividades desenvolvidas pelo novo órgão — principalmente para os aposentados e pensionistas —, entre 2010 e 2011, a ANFIP-MG deu início ao projeto de visitar as unidades da RFB no estado. Começando pela Superintendência da Receita Federal do Brasil na 6ª Região Fiscal, instalada na capital mineira, a reportagem do jornal *O Fiscal* conversou com o então superintendente, Hermano Lemos de Avellar Machado.

Na sequência, foram visitadas as doze delegacias existentes em Minas Gerais na época, quando os respectivos delegados foram entrevistados para falar sobre as metas das unidades, suas características e resultados.

Em 2011, ainda como consequência da unificação, a ANFIP-MG — mais uma vez orientada pelo princípio de ser o elo entre a Administração e os administrados, apoiou o processo de incorporação do acervo dos Auditores-Fiscais aposentados e pensionistas do Ministério da Previdência Social para o Ministério da Fazenda. A Associação foi imprescindível na disseminação de informações junto aos associados e no esclarecimento sobre os procedimentos necessários a fim de concretizar o processo.

Assim declarou o superintendente de Administração do Ministério da Fazenda em Minas Gerais, Eugênio Ferraz, sobre a parceria com a ANFIP-MG: “Nós contamos muito com a colaboração e o apoio da ANFIP-MG, no sentido de disseminar informação, entender eventuais dificuldades nossas e repassar

isso aos associados. Antes, a vinda de muitos aposentados e pensionistas gerava um acúmulo no atendimento, fazendo com que ocorresse demora. Quando a ANFIP-MG nos enviou a relação com todos os nomes dos associados em condições de serem transferidos para o MF, a nossa preocupação era atender e encaminhar apenas aquela listagem. A mediação da ANFIP-MG facilitou muito.”

No mesmo ano, tramitou a MP 507/2010, que instituía sanção disciplinar para a violação do sigilo fiscal e perdeu validade em março de 2011. A medida foi bastante combatida pela ANFIP-MG e pela ANFIP Nacional, com participações em debates e protestos no Congresso Nacional.

Em um editorial do jornal *O Fiscal*, o vice-presidente de Política de Classe e Cultura Profissional da ANFIP-MG, Carlos Roberto Bispo, salientou: “A edição da Medida Provisória nº 507, de 05/10/2010, representa mais uma das consequências das querelas políticas interferindo na atuação dos técnicos. Essa não é a primeira vez e, certamente, não será a última (...) Para os Auditores-Fiscais cumprirem as atribuições previstas na Lei nº 11.457/2007, todas inerentes às competências da Secretaria da Receita Federal do Brasil, não pode haver cerceamento ao trabalho e à necessidade de cumprir os princípios básicos da existência do Fisco. A MP não parece ser uma boa causa para o governo, pois cria restrições ao trabalho dos Auditores-Fiscais, provocando constrangimento do cumprimento de seu exercício profissional, que está diretamente vinculado à redução do nível de sonegação tributária no país (...) Que a ordem seja restabelecida e a justiça fiscal seja a premissa para a construção de um Brasil mais justo e solidário.” ▶

Revista O Fiscal nº 2007

5

orico

ANFIP-MG

na 2 de abril, os ex-presidentes presentes na sede da associação ante *happy hour* histórico para celebrar os 40 anos da entidade. “O reconhecimento daqueles que, por particularidades ou de saúde, não puderam participar, mas jamais se esqueceram da ANFIP-MG: Marcos Pawlowski, Ubirato de Almeida, Djalma José Mendes e Maria Calábria. Aos demais que se foram fica a saudade e a certeza de que suas memórias sempre ficarão junto de nós”, diz Afonso Ligeiro, presidente da ANFIP-MG.

G

... a ser ... de Minas ... a sigla

2007

O nome foi novamente alterado para Associação dos Auditores Fiscais da Receita Federal do Brasil de Minas Gerais, continuando a sigla ANFIP-MG.

O outro fato marcante do início da década é que a ANFIP-MG — através do vice-presidente de Finanças e Patrimônio da época, Marcos Nilton de Lima — começou a desenvolver um trabalho de atualização de todo o seu processo contábil, com o objetivo de implementar um novo plano de contas, que apurasse, com clareza, todos os fatos contábeis executados pela entidade.

Mas não ficou só nisso. 2011 foi um ano de muitas atividades e realizações. Em setembro, o salão onde são realizados diversos eventos (entre eles as festas de aniversariantes) passou a denominar-se Salão Social Lúcio Avelino de Barros, em homenagem ao saudoso colega, que presidiu a entidade por quatro mandatos (1994/1995, 2002/2004, 2004/2006 e 2008/2010).

No mesmo ano, atuando junto com a ANFIP, a ANFIP-MG intensificou o trabalho parlamentar no sentido de viabilizar o andamento de matérias de interesse dos Auditores-Fiscais no Congresso Nacional: PEC 443/2009, que trata de assegurar a diversas carreiras — entre elas o Auditor-Fiscal da RFB — o subsídio equivalente a 90,25% do vencimento de ministro do STF; PEC 555/2006, que extingue a contribuição previdenciária dos servidores públicos aposentados e dos pensionistas; e a PEC 270/2008, que visava garantir ao servidor que se aposentasse por invalidez permanente o direito aos proventos integrais com paridade. Esta foi transformada na Emenda Constitucional nº 70/2012.

Por fim, foi naquele ano que aconteceu o primeiro Auditor Talento Musical, evento em parceria com os produtores musicais Luiz Trópia e Tadeu Martins, que consiste em apresentações musicais de Auditores-Fiscais e é muito bem prestigiado até os dias atuais. ■

Primeiro Auditor Talento Musical, com Aílton Botelho, aconteceu no dia 1º de dezembro de 2011.



Homenagem ao ex-presidente Lúcio Avelino de Barros



Audiência pública sobre a PEC 443/2009, realizada na OAB /MG, em novembro de 2011.



busca da valorização salarial

O ano de 2012 ficou especialmente marcado pela intensificação da luta da ANFIP-MG pela recomposição salarial dos Auditores-Fiscais, que estavam sem reajuste desde 2008. O movimento aconteceu em conjunto com outras entidades representantes de servidores públicos.

Na época, a MP 440/2008 — convertida na Lei nº 11.890/2008, que trata da reestruturação remuneratória das carreiras típicas de Estado e implantou o subsídio — estabeleceu os efeitos financeiros para 2008, 2009 e 2010. Em 2011, o governo não havia apresentado nenhuma proposta de reajuste, apesar de várias ações das entidades que representam os servidores. A partir daí, teve início uma intensa campanha salarial

Foi naquele momento que houve a reativação do Fisco Fórum/MG, que tinha por objetivo discutir assuntos referentes à fiscalização federal, estadual, municipal e do trabalho. Um dos principais assuntos discutidos pelo grupo foi o PL nº 1.992/2007, convertido na Lei nº 12.618/2012 (previdência complementar dos servidores públicos federais).

Contudo, as discussões iniciadas no âmbito do Fisco Fórum/MG acabaram resultando na criação da Frente Mineira de Defesa do Serviço Público, que teve papel relevante na Campanha Salarial 2012. Entidades que integravam a Frente, mesmo não sendo representantes de carreiras típicas de Estado, fizeram coro às reivindicações do movimento. A Associação dos Funcionários Fiscais de Minas Gerais (Affemg), o Sindicato dos Auditores Fiscais da Receita Estadual em Minas Gerais (Sindifisco-MG) e o Sindicato dos Auditores de Tributos Municipais de Belo Horizonte (Sinfisco-BH), passaram a atuar em conjunto

para aumentar o poder de pressão e mobilização.

“Em 2012, quando assumi a presidência, convidamos algumas entidades representantes dos servidores públicos e iniciamos um trabalho intenso através da Frente Mineira, sob a coordenação da ANFIP-MG. Em 2014, a Frente era composta por 29 entidades representantes dos servidores públicos federais, estaduais e municipais”, pontuou Ilva Franca.

Outra ação importante da ANFIP-MG naquele ano foi a elaboração de defesa administrativa contra decisão da Administração, que determinou a exclusão, da remuneração de inúmeros Auditores-Fiscais, de pagamentos supostamente indevidos, relativos a parcelas denominadas complementos de subsídio. “A Administração remeteu para muitos associados um ofício informando que receberam vantagens indevidas durante determinado período e que aqueles valores deveriam ser restituídos com descontos de 10% mensais. Efetuamos as defesas administrativas de todos, com a colaboração do nosso setor jurídico e da ANFIP. Em poucos meses, veio o resultado esperado: a suspensão daquele ato intempestivo, esdrúxulo e ilegal”, pontuou o vice-presidente de Aposentados e Pensionistas e Serviços Assistenciais na época, Adelmo França Malta. ■



Reunião que definiu a reativação do Fisco Fórum/MG.



Ato público em defesa da PEC 555/2006, realizada em outubro de 2013, no aeroporto de Confins.

Uma das grandes bandeiras da ANFIP-MG entre 2012 e 2013 certamente foi a mobilização pela aprovação da PEC 555/2006. Diante da possibilidade da matéria entrar em pauta de votação na Câmara dos Deputados, a presidente do Conselho Executivo da Associação naquele ano, Ilva Franca, apontou que a estratégia da entidade era tentar sensibilizar os deputados para conseguir o máximo de assinaturas em requerimentos que solicitavam a inclusão da matéria na Ordem do Dia. “É muito importante essa participação para demonstrar a eles o valor que os Auditores-Fiscais ativos, aposentados e também os pensionistas dão a essa proposta e a pressão que estão empreendendo para vê-la aprovada”, disse.

Quem compartilha da opinião de Ilva Franca é Afonso Ligório de Faria, que também destaca a PEC 555/2006 como uma das maiores bandeiras de luta de seus mandatos, nos biênios 2010/2012 e 2014/2016, ao lado da mobilização durante a unificação das receitas Previdenciária e Fazendária (biênio 2006/2008). “Houve muitas lutas. Mas a luta pela aprovação da PEC 555/2006 foi relevante e é uma que ainda estamos travando, com a esperança de vitória. A mobilização, quando houve a unificação da carreira, foi muito

Associados fazem trabalho parlamentar, em Brasília, pela aprovação da PEC 555/06.

intensificação da luta pela PEC 555/2006

importante também, pois a inserção do Auditor-Fiscal da Previdência na Receita Federal foi bastante desigual. Muitas pessoas ficaram aborrecidas, embora tenha prevalecido a qualidade do Auditor-Fiscal da Previdência Social. É bom lembrar que não houve um clima muito favorável; não éramos encarados com igualdade perante os Auditores-Fiscais da antiga Receita Federal. Mas, graças às boas lideranças, conseguimos suplantar as dificuldades e fomos bem integrados nos processos de trabalho da Receita Federal do Brasil”, observou.

Ligório aproveita para destacar a atuação da ANFIP-MG ao longo dos anos. “Tem sido frutífera, com as dificuldades de cada momento, mas soubemos superar e lutar e temos mantido a bandeira da fiscalização e da defesa do associado sempre em alta. A ANFIP-MG tem uma missão, que é ser o suporte da ANFIP Nacional em Minas Gerais. Muitas pessoas entendem que não precisa ter a regional. Mas entendo que precisa sim, pois é através da regional que o associado tem maior contato com a Nacional. E ANFIP-MG é a base política e organizacional da ANFIP”, defendeu.

Sobre ter sido presidente, Afonso Ligório traduz seu sentimento: “Para mim é uma honra, principalmente porque somos votados por colegas que são nossos pares. Quando você é avaliado por um colega que tem a mesma formação técnica que a sua e você é eleito presidente, é um voto de qualidade. Por isso, é uma



grande honra ter servido à ANFIP-MG nesses três momentos”, exaltou.

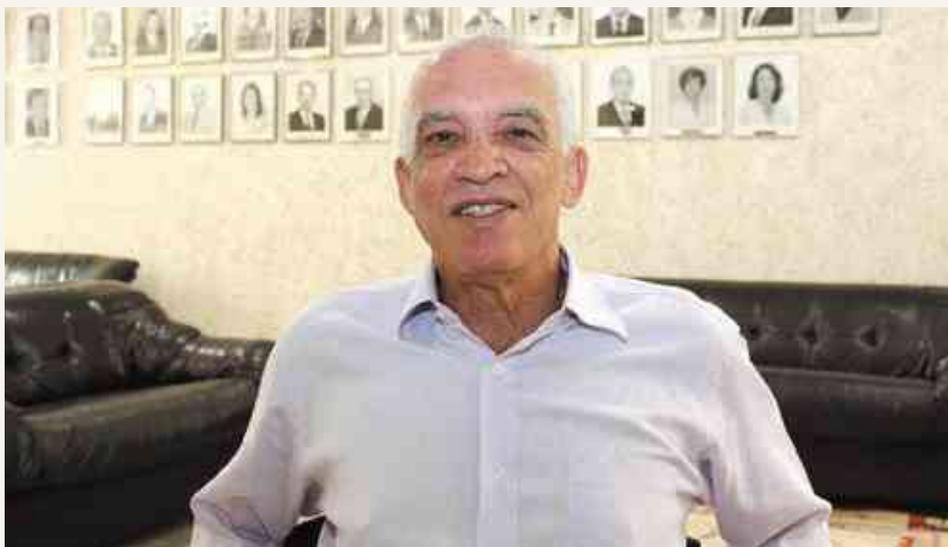
Voltando à PEC 555/2006, o clímax da luta pela aprovação da matéria se deu em 2014, com a realização, pela Frente Mineira de Defesa do Serviço Público — coordenada pela ANFIP-MG —, de um grande debate público na Assembleia Legislativa de Minas Gerais (ALMG), meses depois de ter havido uma importante mobilização sobre o tema no aeroporto de Confins, em BH/MG.

A luta pela PEC teve uma substancial escalada entre 2013 e 2014, em Minas Gerais, culminando no debate público. Na ocasião, a presidente da ANFIP-MG e coordenadora da Frente Mineira, Ilva Franca, falou sobre o histórico da contribuição previdenciária de 11% incidente no montante da remuneração dos inativos, originada pela EC nº 41/2003, e criticou a cobrança: “Ela representa, na verdade, um confisco, pois contribuição presume uma contrapartida pelo valor despendido, o que não existe, nesse caso. Essa alternativa de cobrar contribuição dos aposentados, inclusive, já vinha sendo tentada pela via infraconstitucional, na década de 90. Mas, questionada no STF, foi julgada inconstitucional, em razão do entendimento de que o sentido de tal contribuição seria custear um futuro benefício, razão pela qual não poderia ser cobrada após a concessão da aposentadoria ou pensão”, explicou.

Franca ainda exaltou as mobilizações feitas pela ANFIP-MG e a Frente Mineira, que serviram para movimentar a matéria no Congresso. “A PEC 555/2006 está pronta para votação no Plenário da Câmara dos Deputados, faltando apenas a decisão política de colocá-la em pauta. As mobilizações das entidades já garantiram mais de 360 requerimentos assinados pelos parlamentares, solicitando urgência na votação. Mas ela não é colocada em votação porque o governo sabe que, no momento em que for pautada, será aprovada. Por isso, temos que pressionar, sobretudo porque é ano eleitoral [2014]”, argumentou.

Contudo, a potencial votação arrefeceu —

especialmente em razão da Copa do Mundo de 2014 e, posteriormente, das eleições gerais — e a matéria segue parada no Congresso Nacional. A proposta até chegou a ser incluída na pauta de votações em outubro daquele ano, mas falta de quórum impediu a votação. ■



“ A ANFIP-MG tem uma missão, que é ser o suporte da ANFIP Nacional em Minas Gerais. Muitas pessoas entendem que não precisa ter a regional. Mas entendo que precisa sim, pois é através da regional que o associado tem maior contato com a Nacional”

AFONSO LIGÓRIO DE FARIA



Em março de 2014, a Frente Mineira de Defesa do Serviço Público realizou um importante debate público sobre a PEC 555/2006, na ALMG.

trabalho parlamentar e longa campanha salarial

Em 2015, a ANFIP-MG e a DS BH dedicaram-se a intenso trabalho parlamentar, que resultou em um movimento histórico, de repercussão nacional, com o propósito de aprovar a PEC 186/2007 (que assegura eficiência às Administrações Tributárias e do Trabalho, protegendo-as de ingerências externas na fiscalização tributária e no combate à sonegação, à corrupção e ao trabalho escravo); a PEC 102/2015 (que vincula a remuneração dos Auditores-Fiscais a 90,25% do subsídio dos ministros do STF); e a PEC 555/2006 (que extingue a contribuição previdenciária dos servidores públicos aposentados e dos pensionistas). O presidente do Conselho Executivo era Afonso Ligório de Faria.

Assim, desde o fim de agosto, as entidades, em conjunto com o Sindicato Nacional dos Auditores Fiscais do Trabalho em Minas Gerais (Sinait-MG), começaram a promover encontros com os deputados federais mineiros, para estreitar relacionamento com eles, o denominado *Café com Parlamentar*. O movimento tomou corpo depois que os Auditores-Fiscais foram rejeitados na PEC 443/2007, que vincula a remuneração da AGU ao subsídio dos ministros do STF.

Foram muitas reuniões, em Belo Horizonte e em Brasília, promessas foram feitas, mas, infelizmente, a articulação em prol das matérias deu lugar a uma intensa campanha salarial.

Quando assumiu a presidência, em julho de 2016, Ilva Franca deu sequência à luta iniciada na gestão anterior, da qual fazia parte como vice-presidente de Política de Classe e Cultura Profissional. “Trabalhamos intensamente na última campanha salarial e con-

tinuamos trabalhando pela manutenção dos direitos adquiridos, pois na realidade o que o governo quer é acabar com os servidores públicos, principalmente com as carreiras típicas de estado”, pontuou.

É bem verdade que, mesmo diante de toda mobilização, o desfecho da Campanha Salarial não foi o que a Associação esperava, já que o subsídio — pelo qual houve tanta luta em 2008 — foi transformado em vencimento básico mais bônus de eficiência, instituindo o fim da paridade entre ativos e aposentados e pensionistas.

Até o fechamento desta publicação, o bônus de eficiência — estabelecido pela Lei nº 13.464/17, que alterou a forma de remuneração dos Auditores-Fiscais — não havia sido regulamentado.

É bom registrar que, desde o começo da Campanha Salarial, a ANFIP-MG e a ANFIP posicionaram-se contra o fim do subsídio e da paridade, contrariando uma parcela de Auditores-Fiscais ativos e o sindicato. A ANFIP chegou a ser impedida de participar de uma reunião com o Sindifisco e o governo, que chegou a alegar que o Sindicato era a parte legítima a negociar com ele, embora a Asso-



Café com Parlamentar com o deputado federal Lincoln Portela (PR/MG)

Café com
Parlamentar com o
deputado federal
Domingos Sávio
(PSDB/MG)



ciação tivesse participado de todas as reuniões anteriores à sua manifestação contrária ao bônus e à quebra da paridade.

Não teve jeito. A categoria aprovou, em assembleia, a proposta do governo que previa a transformação do subsídio em vencimento básico mais bônus de eficiência, sendo crucial no resultado a participação inexpressiva de aposentados. Como consequência, a ANFIP não assinou o mau acordo e hoje a categoria reconhece que não tomou a decisão correta.

Em março de 2016, a ANFIP-MG chegou a impetrar um Mandado de Segurança para garantir a paridade. A presidente do Conselho Executivo no período, Sineida Ribeiro Sales, ponderou que a decisão tomada pela Associação tinha por base o entendimento de que a quebra do direito constitucional adquirido por árduo trabalho do passado não podia se dar por acordo governamental. “Foi uma decisão de consenso, após intensas tratativas com os conselheiros, especialmente com o vice-presidente de Assuntos Jurídicos, Marcos Barbo-naglia da Silva”, salientou.

Infelizmente, devido à conjuntura política, a ANFIP-MG não logrou êxito no remédio constitucional e o processo foi arquivado, mas confia que o direito possa ser restabelecido através da ação judicial que a ANFIP Nacional irá ingressar, tão logo o bônus seja regulamentado. ■

Auditoras-Fiscais visitam a deputada Jô Moraes (PCdoB/MG) e pedem apoio na aprovação das PECs 186/2007, 102/2015 e 555/2006.



Audidores-Fiscais solicitam apoio do deputado Weliton Prado (PROS/MG) na aprovação das PECs 186/2007, 102/2015 e 555/2006.



Reunião na ANFIP-MG para esclarecimento sobre o Mandado de Segurança que a Associação interpôs visando garantir paridade.



sede passa por nova reforma

Em 2016, a sede da ANFIP-MG foi reformada novamente. De acordo com a presidente do Conselho Executivo, Sineida Ribeiro Sales, a maior preocupação era a rede elétrica. Assim, toda a fiação da área administrativa foi substituída, com a troca também da iluminação e dos equipamentos de ar condicionado existentes, dentro do objetivo de economizar energia.

Posteriormente, as paredes e os tetos foram pintados e todos os banheiros, parcialmente reformados. “A intervenção foi necessária devido à obra de substituição dos encanamentos de ferro por canos de PVC, realizada externamente pelo condomínio. Além disso, remodelamos totalmente dois banheiros que apresentavam infiltrações no subpiso”, lembra Sineida.

Sobre ter sido presidente, Sineida Sales relata: “Sinto um imenso orgulho por ter estado à frente desta valorosa Associação, mesmo que por um curto período, mas suficiente para sentir o peso da responsabilidade de geri-la. A história da ANFIP-MG tem as marcas de

memoráveis colegas, homens e mulheres que presidiram esta entidade com conhecimento, dedicação e honra. O meu orgulho maior é ter tido a oportunidade de colaborar para manter o legado deixado por cada um deles”, exalta.

Em razão da comemoração dos 50 anos da ANFIP-MG, Sineida Ribeiro Sales observa que a entidade representa um abrigo às aspirações e direitos da categoria e de seus associados. “É uma instituição forte, que sobreviveu às diversas transformações dos antigos órgãos fiscalizadores e sobreviverá a novas alterações que, certamente, virão. É uma casa aberta para troca de ideias, reivindicações, estudos e lazer, primando sempre pela ética e respeito no trato com os colegas e parceiros”, conclui. ■

“ A história da ANFIP-MG tem as marcas de memoráveis colegas, homens e mulheres que presidiram esta entidade com conhecimento, dedicação e honra.”

SINEIDA RIBEIRO SALES

Instalação dos retratos na nova Galeria de Ex-presidentes da ANFIP-MG, durante a reforma realizada em 2016.



a reforma da previdência - parte II

Depois da desgastante campanha salarial iniciada em 2015, a ANFIP-MG começou, em 2016, outra intensa batalha, sintonizada com a atuação da ANFIP Nacional: a luta contra a reforma da Previdência, proposta pelo governo federal.

A primeira ação da entidade em Minas Gerais foi a promoção, em junho de 2016, de uma audiência pública sobre o tema, na Assembleia Legislativa, com o lançamento da Frente Mineira Parlamentar em Defesa da Previdência Social. O feito repercutiu no estado o relançamento da Frente Parlamentar Mista em Defesa da Previdência Social, que aconteceu no Congresso Nacional no final de maio do mesmo ano. Na audiência, especialistas renomados debateram propostas de alteração na Previdência e refutaram a falácia do déficit previdenciário.

Mas a mobilização intensificou-se mesmo foi em dezembro de 2016, quando o governo, oficialmente, enviou ao Congresso a PEC

287/2016. A ANFIP-MG — cuja presidente era Ilva Franca — entendia que as mudanças não poderiam acontecer a qualquer custo, em detrimento da justiça social e das conquistas históricas da população do Brasil.

Por isso, ao longo de 2017, a entidade participou de inúmeros atos públicos, audiências, debates, reuniões e seminários em várias partes do estado e na capital mineira. O movimento foi conduzido pela Frente Mineira Popular em Defesa da Previdência Social [o nome foi alterado após a primeira reunião, em janeiro de 2017], coordenada pela Associação.

A longa batalha surtiu efeito e, em fevereiro de 2018, a PEC 287/2016 foi suspensa. O fato foi comemorado em Brasília/DF com o enterro simbólico da matéria. ►

Enterro simbólico da reforma da Previdência. Ato público aconteceu em fevereiro de 2018, na capital federal.



Audiência pública sobre a reforma da Previdência, promovida pela Frente Mineira Popular em Defesa da Previdência Social, em junho de 2016, na ALMG.





“ Com as mobilizações e muita pressão popular conseguimos suspender a votação da PEC-287, que representa a destruição da Previdência Social Pública. Atualmente, a ANFIP-MG é reconhecida nacionalmente e serve como exemplo de luta para outras entidades.”

ILVA MARIA FRANCA LAURIA

Ilva Franca traçou um histórico da luta contra o que chama de destruição da Previdência Social Pública: “Depois que o governo enviou a PEC 287/2016 ao Congresso, em dezembro daquele ano, contatamos dirigentes sindicais, de associações e movimentos sociais e representantes de servidores públicos e trabalhadores em geral e os convidamos para formar a Frente Mineira Popular em defesa da Previdência Social, que hoje é composta por 89 entidades. Com as mobilizações e muita pressão popular conseguimos suspender a votação da PEC-287, que representa a destruição da Previdência Social Pública. Entretanto, a luta não terminou. Após as eleições, o governo voltará com tudo, motivo pelo qual precisamos ficar atentos e permanecer mobilizados”, salientou.

Sobre ter sido presidente, Ilva Franca sintetiza: “Estive presidente por duas vezes [2012/2014 e 2016/2017]. Foram anos de lutas constantes, em que, na maioria delas, tivemos êxitos. Sinto-me realizada, otimista, feliz e com sentimento de dever cumprido”, destacou.

Por fim, ela diz que a ANFIP-MG representa para ela uma escola, onde iniciou seu aprendizado de ser uma boa representante da categoria, de trabalhar para defender direitos dos servidores públicos, dos trabalhadores e da sociedade como um todo. “Atualmente, a ANFIP-MG é reconhecida nacionalmente e serve como exemplo de luta para outras entidades”, exalta Franca. ■

Auditores-Fiscais protestam, nas ruas de BH, contra a reforma da Previdência, em abril e dezembro de 2017, respectivamente.



olhar para o futuro

Se a ANFIP-MG chega com solidez aos 50 anos, deve-se dar o devido mérito a todos os dirigentes, associados e colaboradores que contribuíram para essa história de sucesso que relembramos aqui.

Entretanto, é necessário também olhar para o futuro e traçar estratégias para que a defesa dos interesses dos associados prevaleça e continue direcionando as ações da Associação. “Eu espero que os colegas que vierem continuem com essa garra na defesa dos nossos direitos e possam perpetuar a atuação desta valorosa entidade”, declara a presidente Ana Lúcia Guimarães Silva.

Para isso, é fundamental que todos os associados participem das atividades e das decisões que virão, como o projeto de mudança almejado pela ANFIP Nacional. “A nossa ANFIP-MG vai passar por uma modificação. É um projeto de mudança da ANFIP Nacional que vai impactar as regionais. Com a alteração, espera-se um ganho muito grande para o desenvolvimento das atividades da Associação, para que consigamos mantê-la por muitos anos mais, se Deus quiser”, diz Ana Lúcia.

A presidente é enfática na importância da efetiva participação de todos os associados, lembrando o velho ditado — *a união faz a força*. “Se nos disperarmos, a força vai diminuir. Por isso, é muito importante que todos participem dos eventos, palestras, mobilizações etc, principalmente os aposentados, uma vez que sempre são preteridos nas conquistas. Mas é bom lembrar que muito do que temos hoje é graças ao trabalho dos colegas que nos antecederam, tanto no serviço público quanto na Associação. E nós não podemos deixar isso acabar. A voz é que faz o direito. Se ficarmos quietos, vai parecer que estamos satisfeitos e está tudo bem. Então, precisamos lutar para continuarmos com nossa ANFIP-MG por muitos anos!”, concluiu. ▣

“ Eu espero que os colegas que vierem continuem com essa garra na defesa dos nossos direitos e possam perpetuar a atuação desta valorosa entidade.”

ANA LÚCIA GUIMARÃES SILVA



Em 2018, associados relembram colegas por álbum antigo de fotografias. Esq. p/ dir.: José Lamacié, Vinícius Cruz, Juliana Alves, Ednor Fuchs e Jair Ribeiro.





 www.anfipmg.org.br

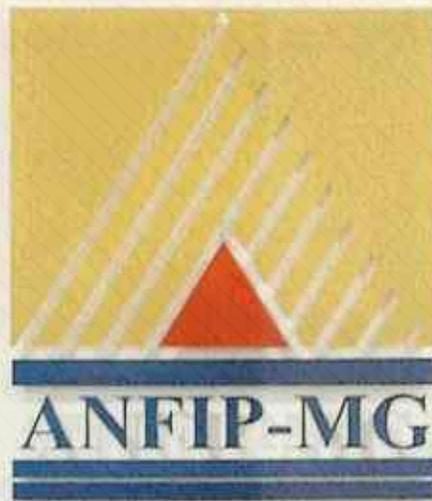
 anfipmg@anfipmg.org.br

 www.facebook.com/anfipmg

 (31) 3201-3582

Endereço: Rua dos Carijós, 150 - 7º Andar. Centro.
Belo Horizonte/MG. CEP: 30.120-060

ASSOCIAÇÃO DOS AUDITORES
FISCAIS DA RECEITA FEDERAL
DO BRASIL EM MINAS GERAIS



 www.anfipmg.org.br

 anfipmg@anfipmg.org.br

 www.facebook.com/anfipmg

 (31) 3201-3582

Endereço: Rua dos Carijós, 150 - 7º Andar. Centro, Belo Horizonte/MG. CEP: 30.120-060